
A GLOBALIZAÇÃO PROVOCOU O AUMENTO DA DESIGUALDADE? UMA ABORDAGEM HETERODOXA*

Mohammad Muaz Jalil

Resumo: este artigo apresenta quatro cenários para mostrar que a “versão neoliberal da globalização”, como sua crença na primazia da “auto-regulação” do mercado provocando a desregulamentação da economia, o dismantelamento do Estado de Bem-Estar, a redução da força dos sindicatos e a financeirização da economia internacional, provocou o aumento da desigualdade de renda. A primeira seção do artigo define os conceitos de globalização e desigualdade. A segunda, explica como globalização neoliberal tornou-se uma força dominante intelectual e politicamente. A terceira e quarta seções mostram à luz de quatro estudos de caso, Coreia do Sul, Taiwan, Chile e Índia, como a versão neoliberal da globalização exacerbou ainda mais a desigualdade. O artigo conclui com propostas para a promoção de uma globalização não-neoliberal.

Palavras-chave: *Globalização. Desigualdade. Neo-liberalismo.*

DID GLOBALISATION STIMULATE INCREASED INEQUALITY? A HETERODOX PERSPECTIVE

Abstract: this paper showcases four scenarios regarding South Korea, Taiwan, Chile and India, to show that the “neoliberal version of globalisation” has contributed significantly towards increased inequality. This detrimental effect of neoliberalism has been carried out through dismantling the welfare state, reduced power of trade unions, massive industrial consolidation, deregulation of the economy, increased financialization of the international economy and the belief in the primacy of “self-regulating” market. The first section of this paper defines the concepts of globalisation and inequality. The second section explains how neoliberal globalisation became a dominant force intellectually and politically. The third and fourth sections show how such forms of globalisation further exacerbated inequality. The paper concludes with a general explanation of how we can promote a non-neoliberal form of globalization.

Keywords: *Globalization. Inequality. Neoliberalism.*

GLOBALIZACIÓN Y DESIGUALDAD UN ENFOQUE HETERODOXO

Resumen: *este artículo presenta cuatro escenarios para demostrar que la “versión neoliberal de la globalización”, con su creencia en la primacía de la “autorregulación” del mercado, la desregulación de la economía, provocando el desmantelamiento del Estado de Bienestar, la reducción de la fuerza los sindicatos y la financiarización de la economía mundial, provocó el aumento de la desigualdad. En la primera sección del artículo se definen los conceptos de globalización y desigualdad. La segunda, explica cómo la globalización neoliberal se ha convertido en una fuerza dominante intelectual y políticamente. Las tercera y cuarta secciones muestran, a la luz de cuatro estudios de caso, Corea del Sur, Taiwán, Chile y la India, que la versión neoliberal de la globalización ha exacerbado aún más la desigualdad. El artículo concluye con propuestas para la promoción de una globalización que no sea neoliberal.*

Palabras-clave: *Globalización. Desigualdade. Neoliberalismo.*

A desigualdade de renda no mundo tem crescido desde os anos 1980. O sucesso do livro de Thomas Piketty, denominado “O Capital”, mostrou que o tema repercute bem com a situação global atualmente. Muitos têm argumentado que o fenômeno da desigualdade tem sido o resultado da “globalização” (Palma, 2006). Um outro conceito que é amplamente discutido, mas raramente definido, a globalização. Este conceito é dividido, normalmente em duas esferas, a globalização econômica, com foco no comércio internacional e investimentos estrangeiros diretos e a globalização política, com foco em arranjos institucionais. Esta divisão depende da existência de uma separação conceitual entre a lógica política da política econômica, o que parece insustentável. O contorno da economia global, a estrutura do mercado global, quem participar dele e como os atores podem se envolver em trocas são escolhas raramente apolíticas.

Este artigo apresenta quatro cenários para mostrar que o aspecto “economia política” da globalização é importante, e postula que a “versão neoliberal da globalização” tem contribuído significativamente para o aumento da desigualdade social. Este efeito prejudicial e penetrante do neoliberalismo foi realizada através de desmantelamento do Estado de Bem-Estar, redução da força dos sindicatos, a consolidação industrial maciça, a desregulamentação da economia, o aumento da financeirização da economia internacional e a crença na primazia da “auto-regulação” do mercado. O trabalho argumenta que é crucial especificar uma forma de globalização, em vez de toda a ideia de globalização; caso contrário, muitos podem erroneamente associar o aumento da desigualdade, como consequência necessária de se envolver com a economia global e, assim, decidir soltar seu país e avançar para uma autarquia, altamente insulada, o que pode ser prejudicial. Além disso, a menos que se defina os aspectos da globalização que é prejudicial, o debate erroneamente centra-se nos méritos e deméritos da globalização em vez de qual a forma de engajamento global combina melhor com determinado país. O desafio consiste em tirar proveito da globalização, limitando os seus custos.

De acordo com Golberg e Pavcnik (2007), algum grau de desigualdade de renda é construtivo, bem como a exposição ao comércio internacional tem efeito distributivo através do aumento do retorno da educação, da mudança tecnológica, e da migração de população rural para áreas urbanas, entre outros. Contudo, o argumento dos autores é

que a ideologia neoliberal, com base no fundamentalismo de mercado e de uma crença a priori na eficácia das políticas neoliberais, agrava as situações de desigualdade de forma significativa, em vez de compensação da pressão das diferenças sociais dentro de cada país decorrentes de uma maior integração à economia global.

Vale ressaltar que as políticas neoliberais não foram a única causa do aumento da desigualdade. O fato de que a desigualdade tem existido nas sociedades desde tempos imemoriais é uma prova suficiente de que tal noção é insustentável. A hipótese principal é que lidar com a desigualdade é uma escolha política, e como tal, o uso generalizado das políticas neoliberais contribuiu para aumentar a desigualdade. Se confirmada a hipótese, isto implica que para corrigir a situação tem que envolver melhores políticas públicas e não culpar a globalização. A hipótese não é nova; outros também têm tentado mostrar que as políticas neoliberais, em vez de globalização, levaram ao aumento da desigualdade (QUIGGIN, 1999; SCHNEIDER, 2003; FIORENTINI, MONTANI, 2012; EVAN, SEWELL, 2013). Infelizmente muitas vezes é difícil separar o impacto da globalização sobre a desigualdade das reformas políticas e institucionais associadas, neste caso, as reformas neoliberais, que acompanharam o processo de globalização. A adição chave neste trabalho é que o autor usará estudos de casos específicos de países selecionados por meio de análise contrafactual para oferecer evidências mais fortes desta proposição.

O trabalho está dividido em cinco seções. A primeira define os conceitos de globalização e desigualdade, como usado neste trabalho. A segunda seção explica como globalização neoliberal tornou-se uma força dominante intelectual e politicamente. A terceira e quarta seções mostram como essas formas de globalização exacerbaram ainda mais a desigualdade. O artigo conclui com um resumo de todo o exercício e uma explicação geral de como podemos promover uma forma não-neoliberal da globalização.

O QUE ESTÁ EM UMA PALAVRA?

Dada a multiplicidade de definições é difícil dizer de forma abrangente o que o termo “globalização” significa. Alguns têm definido de forma genérica como Giddens (1991) “a intensificação das relações sociais em todo o mundo, que ligam localidades distantes de tal forma que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que ocorrem muitas milhas de distância e vice-versa”. Outros têm focado estritamente sobre a crescente interdependência e integração das economias nacionais. Norris (2000) olha para as dimensões sociais, culturais e econômicos da globalização e define-o como um processo que “corrói as fronteiras nacionais, integra as economias nacionais, culturas, tecnologias e governança, e produz complexas relações de interdependência mútua”.

Martin Wolf (2004) define “globalização liberal” (que podemos considerar como a posição neoliberal) sobre um estreito ponto de vista econômico como “integração das atividades econômicas, através das fronteiras e de mercados”. Segundo ele, a característica proeminente da globalização neoliberal está em aumentar a integração dos mercados de bens e serviços a nível mundial, a redução das barreiras comerciais, livre fluxo de capital e tecnologia, e, finalmente, usar de políticas de mercado, tanto em âmbito doméstico e internacional (WOLF, 2004). Assim, para o autor, iniciou-se com

uma visão de que, no futuro, teremos um único mercado unificado de bens e serviços, fatores de produção com fluxo irrestrito. Esta visão pode ser louvável, mas temos que perguntar, a integração global é alcançada de uma forma mais eficiente se seguir o os princípios neoliberais?

Todas essas definições têm em comum o pressuposto de uma maior interdependência e integração. Países hoje são, sem dúvida, mais interdependentes do que antes, mas seus destinos não são “determinados” por outros. A crise financeira asiática não afetou Taiwan, tanto quanto a Coreia do Sul. A crise financeira global de 2007-08, teve efeitos assimétricos, que vão desde países da OCDE mais atingidos, como Reino Unido e EUA, às economias emergentes com menos riscos, como a China ou mesmo países menos desenvolvidos, como Bangladesh, cujo PIB ainda está crescendo no período pré-crise a taxa de 6% ao ano. O mesmo pode ser dito sobre a integração. Países ainda não estão totalmente integrados e assim o processo de engajar a economia global é dependente do caminho e do ritmo que podem ser ajustados, ainda que dentro de um espaço político limitado e encolhendo (WADE, 2003). Pode-se realizar uma rápida liberalização e integração econômica através de terapia de choque como no Chile dos anos de Pinochet ou nos países da ex-União Soviética pós 1991. Outros países podem tomar um caminho gradual como a China, que se juntou a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001.

A visão de um mundo globalizado pode ser singular, mas a rota que um país toma pode ser diferente e depende do contexto específico; a abordagem neoliberal é apenas uma das rotas adotadas pelos países num mundo globalizado. Neste trabalho, a “globalização neoliberal” é definido a partir da perspectiva de um país que acredita no fundamentalismo de mercado e se compromete com as políticas neoliberais de integração com a economia global. Boas e Morse (2009) identificou três conjuntos de políticas que tipifica reformas políticas neoliberais: (1) as reformas do mercado através da liberalização financeira e comercial da economia, a eliminação de controle de preços, redução de barreiras comerciais; (2) limitar o papel do Estado na economia, privatização de empresas estatais; (3) redução do tamanho do Estado através da austeridade fiscal e à estabilização macroeconômica, e, entre outros, a eliminação dos défices orçamentários e redução de subsídios governamentais.

Em relação à desigualdade, há vários conceitos que muitas vezes são inter-relacionados. A desigualdade social pode olhar para a educação ou a desigualdade de gênero, enquanto a desigualdade econômica pode olhar para o salário, terra, renda ou riqueza. Além disso, desigualdade econômica (por exemplo, riqueza ou terra) pode perpetuar ou reforçar a desigualdade social pré-existente (por exemplo educação) ou vice-versa, e muitas vezes são auto-reforço (GALOR; ZEIRA, 1993).

O presente trabalho concentra suas análises, principalmente, na desigualdade de renda. A pesquisa, assim como outros estudos, realizará observações em escala de tempo mais longo (PIKETTY, 2014; ATKINSON et al., 2011; DAVIES et al., 2011; OIT, 2008). O artigo também trabalha a desigualdade dentro de cada país e não entre países, uma vez que a globalização tem um impacto assimétrico nos países em termos de desigualdade de renda. Argumentamos que este fato se relaciona com as escolhas políticas e configurações institucionais desses países. Na próxima seção vamos olhar para a forma como a ideologia neoliberal tornou-se dominante no final dos anos 70.

A ASCENSÃO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL

A partir de meados do século XX até o início dos anos 1970, o Estado desempenhou um papel dominante. Para os países industrializados a despesa pública como proporção do PIB foi de cerca de 12% antes da Primeira Guerra Mundial e aumentou para cerca de 27% em 1960 e para cerca de 47% em 1985 (TANZI 1997; BATLEY, 2002). Enquanto isso muitas colônias conquistaram a independência após a Segunda Guerra Mundial. Estes países em desenvolvimento pós-coloniais tinham instituições fracas e, em muitos casos, o Estado era a única instituição importante e legítimo (ALAVI, 1972; SAUL, 1974). Este compromisso com o Estado, também justificou teoricamente as teses sobre o crescimento econômico do pós-guerra. Durante esta época o comércio internacional expandiu-se, especialmente, entre os países avançados. A desigualdade nestas nações permaneceu estável (FIORENTINI; MONTANI, 2012).

Na década de 1970 houve dois choques do petróleo, e as economias desenvolvidas enfrentaram estagnação econômica com surtos inflacionários. A abordagem Keynesiana teve dificuldades em responder adequadamente a crise na economia central. Além disso, ocorreram derrotas eleitorais de forças políticas que defendiam o capitalismo regulado, em particular nos países de língua inglesa. Houve avanço eleitoral de partidos políticos conservadores, que preconizavam a implementação da abordagem “neoliberal” (STEGGER, 2010). Com o ressurgimento da doutrina neoliberal, o papel do Estado na economia passou um processo de resignificação, com a proposição de cortes dos investimentos estatais, diminuição da regulamentação e diminuição de impostos. Os governos de Thatcher, no Reino Unido, e Reagan, nos EUA, por exemplo, iniciaram programas de austeridade. Consequentemente, a demanda global por produtos de primários caiu, resultando em déficits comerciais nos países em desenvolvimento.

Outro problema para os países em desenvolvimento foi o financiamento de suas dívidas externas, pois não conseguiam pagar seus endividamentos, contraídos para financiar os processos de industrialização. Neste período, então, os países em desenvolvimento solicitaram empréstimos para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Enquanto isso, com base nas pesquisas de Anne Krueger, Bela Balassa, Jagdish Bhagwati, economistas do Banco Mundial criticavam as intervenções do Estado na economia, argumentando que causaria ineficiência do mercado, drenando as receitas do governo, etc (STEIN, 2008). Isto levou ao desenvolvimento de programas de ajuste estrutural, que foram impostos como condições para que os países em desenvolvimento recebessem empréstimos. As prescrições incluíam orçamento equilibrado, liberalização comercial e financeira, a privatização de empresas estatais. Imposições baseadas teoricamente no Consenso de Washington (Williamson, 2000; Tabellini, 2005). Assim, no final dos anos 70, o domínio global da ideologia neoliberal estava bem estabelecida.

IMPACTO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento, que seguiram políticas neoliberais experimentaram altos níveis de desigualdade. A seguir discutiremos alguns casos de países que implementaram os receituários neoliberais.

Polanyi discutiu em grande detalhe como o período pré Primeira Guerra Mundial (1870-1914) foi o primeiro a experimentar uma economia *laissez-faire* por grandes potências europeias, a chamada “idade de ouro do liberalismo” (CHANG, 2003). Alguns autores argumentam que Globalização como um conceito não é nada de novo e que há semelhanças significativas entre as épocas pré 1914 e, após 1970, em termos de integração comercial, o fluxo de Investimentos Externos Diretos (IED), a mobilidade do capital, etc. (QUIGGIN, 1999; SACHS et al., 1995; FMI, 1994). No entanto, o presente artigo argumenta, como outros, que existem diferenças qualitativas entre os dois períodos históricos em termos de envolvimento tecnológico, a composição do comércio e os instrumentos financeiros envolvidos, etc. (O’ROURKE, 2001; BAIROCH et al., 1996). Mas há um amplo consenso de que os dois períodos foram muito semelhantes em termos de *ethos* liberal, e, em muitos aspectos, o mundo pré-1914 era muito mais próximo da visão idealizada pelo “Consenso de Washington” do que vem a ser neoliberalismo. Colônias como China e Índia foram forçadas através da diplomacia das canhoneiras a se abrirem para o comércio com seus colonizadores (O’ROURKE, 2001). Este exemplo demonstra os instrumentos mais extremos utilizados no final do século XIX e início do XX para a imposição da liberalização comercial do que a suposta quebra de braço sutil empregada pela OMC no presente. As máquinas administrativas do Estado foram menores no mundo desenvolvido, com os gastos do governo num percentual do PIB em média de 13%, enquanto que no final de 1990 situou-se em uma média de 45% (TANZI; SCHUKNECHT, 2000). Havia menos regulamentos, leis de defesa da concorrência, regulamentação do trabalho infantil, proteção ambiental, etc. Assim, as restrições ao capital foram menores do que é hoje.

Polanyi (1944) argumentou que no início do século XX não era um nível sem precedentes de desigualdade; um fato que é corroborado pela atual pesquisa mostrando que o 1% mais ricos da população tinha cerca de 20% da renda total (ATKINSON et al., 2011; PIKETTY; SAEZ, 2013). No início do século XX a maioria dos países europeus seguiram políticas neoliberais e tiveram alta desigualdade (Figura 1). Mas na segunda fase da globalização durante os anos 1970, os países anglo-americanos aderiram ao *ethos* neoliberal com mais intensidade, e percebemos estas nações tiveram um nível mais elevado de desigualdade em relação aos países desenvolvidos que não falam inglês, como demonstra a figura 1. Ao contrário dos anos 1960 durante a “idade de ouro do capitalismo” em que os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foram altamente integrados e ainda possuíam baixa desigualdade.

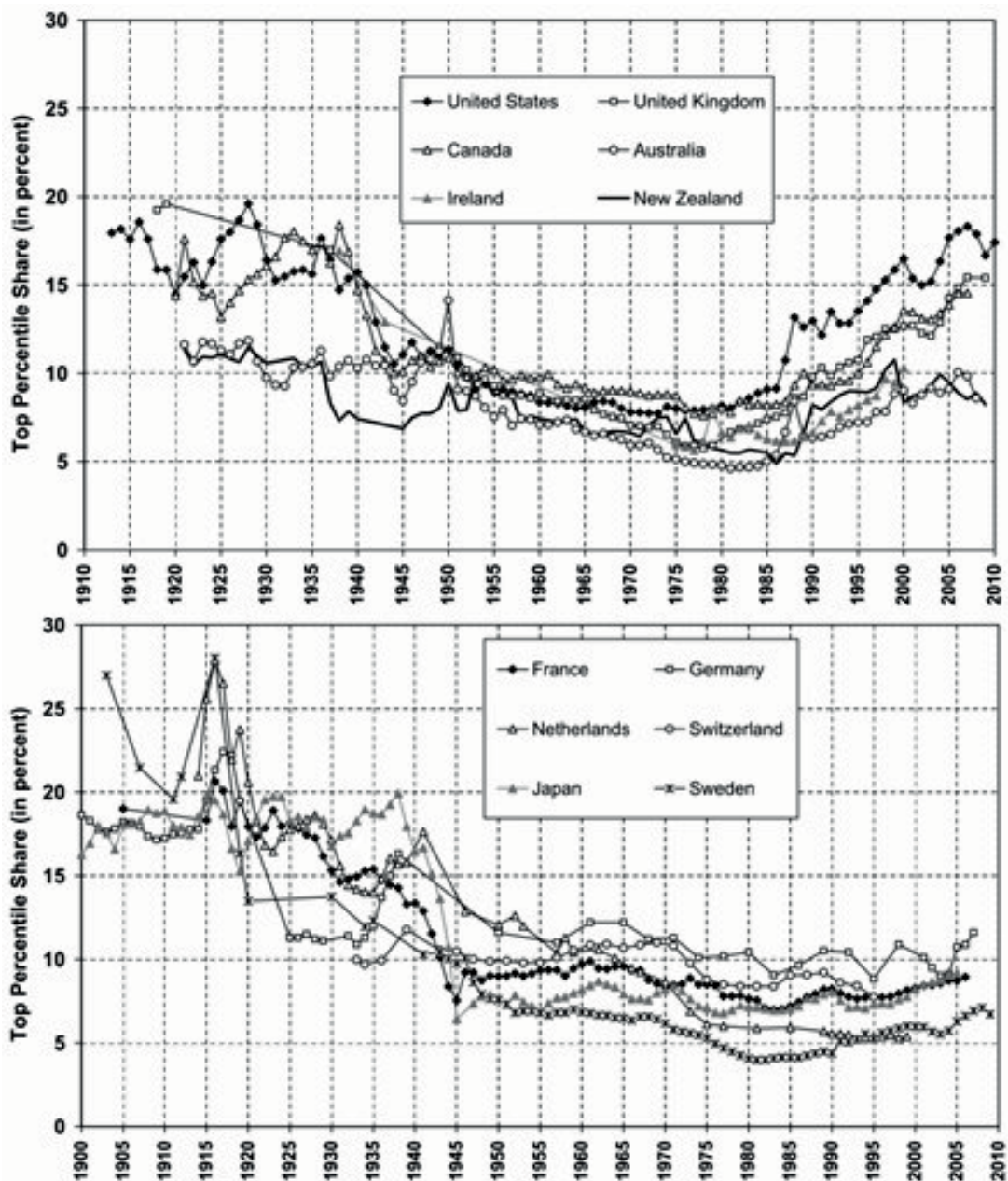


Figura 1: Tendência histórica da quota da renda nacional dos 1% mais ricos em alguns países da OCDE
 Fonte: Piketty e Saez (2013).

A desigualdade nesses países de língua inglesa continuou a aumentar mesmo depois da recessão econômica global de 2008-09. Os Estados Unidos, pelo menos 95% da renda produzida no país desde 2009 concentrou-se no 1% da população mais rica (STIGLITZ, 2013). Portanto, parece que a globalização neoliberal estimula altos níveis de desigualdade, como o fez no mundo pré 1914.

A pesquisa também mostra que ao longo dos últimos 30 anos, o diferencial de salários, razão entre o 90s e 10s percentis, aumentaram mais no Reino Unido, EUA e Austrália. Esses números já eram elevados na década de 1980. Considerando que a Suécia, França e Finlândia tiveram o menor aumento na desigualdade, e na França esse fator também diminuiu (HILLS, 2010). Da mesma forma a diferença de desigualdade, medida em

termos de coeficiente de Gini entre os países da OCDE persistem com mediana de 36,0 para os países de língua inglesa e 27,1 para os demais (PALMA, 2006). Alemanha, França, Países Baixos e os outros países escandinavos destacam-se entre os países da OCDE como tendo significativamente grande número de empresas estatais, com a Noruega tendo quase 10% dos trabalhadores no setor (CHRISTIANSEN, 2011). Da mesma forma, os gastos do governo destes países são mais elevados que as contrapartes² de língua inglesa. Assim, com base neste estudo comparativo e histórico, um forte argumento pode ser feito: a política neoliberal foi um fator significativo para estimular níveis comparativamente mais elevados de desigualdade nos países de língua inglesa.

Coreia do Sul e Taiwan

Muito tem sido escrito sobre as circunstâncias que levaram a política industrial e de exportação desenvolvidas pela Coreia do Sul e Taiwan. Em ambos os países, a reforma agrária realizada no início da conformação dos dois Estados garantiu que não houvesse grandes proprietários (AMSDEN, 1989), de modo que dificultasse o crescimento da desigualdade renda. O crescimento econômico experimentado por Coreia do Sul e Taiwan foi miraculoso. A expansão da economia foi acompanhada com baixos níveis de desigualdade, dando origem ao conceito de «crescimento com equidade» (WOOD, 1999). Uma diferença entre a política industrial de Taiwan e da Coreia do Sul foi que o primeiro foi baseado em proteger grandes sapatos, enquanto na Coreia do Sul o governo desempenhou um papel fundamental no fomento de grandes conglomerados “Chaebol” (CHANG, 2003; AMSDEN, 1989). As escolhas sobre a matriz industrial pode explicar os motivos da desigualdade de renda ter sido ligeiramente superior na Coreia do Sul do que em Taiwan (Figura 2). Ambos os países introduziram um regime de Estado de Bem-Estar, que tem sido denominado como “Estado do Bem-Estar Asiático” (DOSTAL, 2010). Em essência estes dois países por um período significativo de tempo, seguiram uma política de Estado “não-neoliberal”, proporcionando a política industrial intervencionista para apoiar o crescimento econômico baseado na exportação (CHANG, 2011).

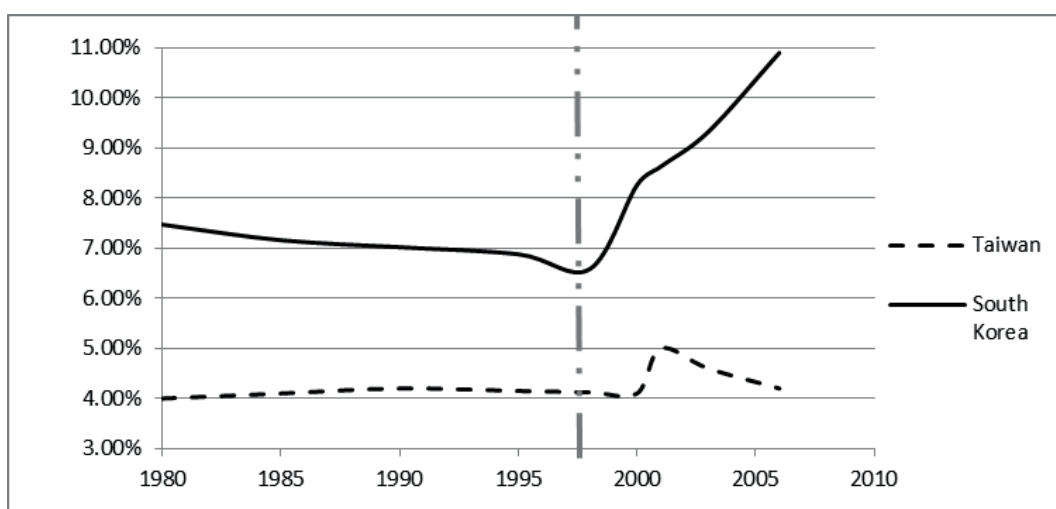


Figura 2: Participação na renda dos 1% mais ricos (Taiwan e Coreia do Sul)

Nota: figura construída pelo autor com base nos dados de Kim et al. (2013) e Cheng et al. (2008).

No entanto os caminhos de Taiwan e Coreia do Sul divergiram após a crise financeira asiática (1997-98), quando Taiwan passou por ela relativamente incólume (WU, 2007), a Coreia do Sul sofreu severamente. O governo coreano, confrontados com uma crise cambial, introduziu reformas radicais a mando do FMI, reduzindo o papel do Estado na economia, e aumentando o foco sobre a liberalização do mercado. Como Daeyoung Choi, Diretor-Geral do Gabinete do Primeiro-Ministro da República da Coreia, disse, em uma nota “o governo foi lançado a realizar políticas drásticas de reforma estrutural” pela “abolição maciça da regulamentação existente” para “mudar a Coreia a partir de um modelo altamente intervencionista para o desenvolvimento econômico modelo orientado ao mercado” (CHOI, 2001). O resultado das “políticas neoliberais” na Coreia do Sul tem sido de que a desigualdade aumentou significativamente a partir dos números em 1997-98, enquanto no caso de Taiwan manteve-se relativamente estável (Figura 2). Este resultado é especialmente surpreendente dado o fato de que tanto Taiwan e Coreia do Sul inicialmente tinham baixa desigualdade de renda. Mas, depois da Coreia introduzir políticas neoliberais sua desigualdade aumentou agudamente em um curto espaço de tempo. Isto implica que o efeito pernicioso das políticas neoliberais pode enraizar-se mesmo em países onde há pouca precedência histórica de tais políticas.

O Chile de Pinochet

Embora o Chile se juntou a OCDE em 2010, o Chile de Pinochet, entre 1973 e início dos anos 1990 era um país de baixa renda e ainda hoje continua a ser um país em desenvolvimento. É bem documentado como no Chile após Pinochet tomou o poder os chamados “*Chicago boys*” iniciou uma terapia de choque das políticas neoliberais com foco na rápida liberalização do comércio, desregulamentação e privatização das empresas públicas, semelhante ao realizado na Europa Oriental depois de 1991. Em a primeira onda da reforma (1974-1979), o governo eliminou todas as tarifas, restrições e controles de câmbio e de impostos de importação foram reduzidos a uma média de mais de 100% a uma tarifa única de 10% (EDWARDS & LEDERMAN, 1998). Milton Friedman também visitou o país e se reuniu com Pinochet em meados dos anos 70. Margaret Thatcher também foi uma defensora das políticas de Pinochet e seu “sucesso” em transformar a economia do Chile. Assim, o Chile de Pinochet seguiu a abordagem neoliberal para integrar o país a economia global; o resultado sobre a desigualdade é mostrado abaixo:

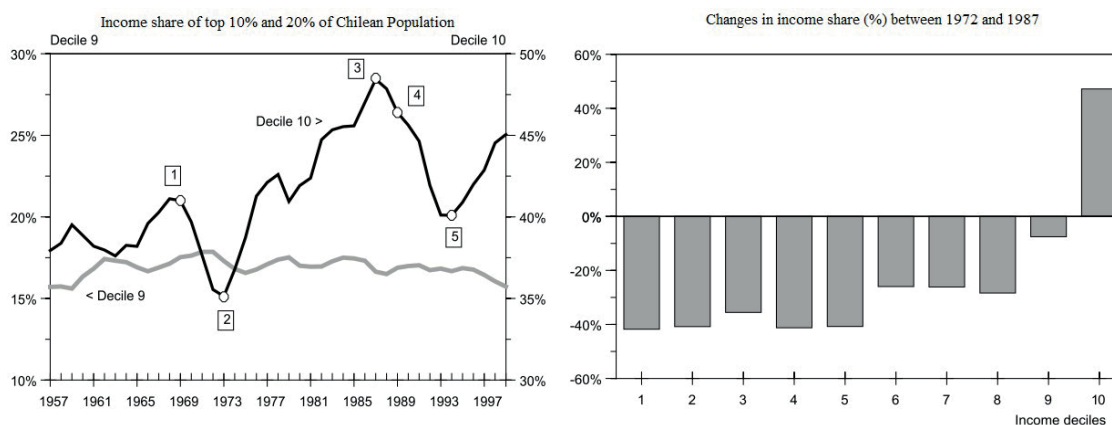


Figura 3: Evolução da participação dos 10% e 20% mais ricos - Chile (1972-1987).

Legenda: médias móveis de três anos. [1] = eleição do presidente Allende; [2] Augusto Pinochet - golpe de Estado; [3] = um ano antes do plebiscito sobre a permanência do Pinochet na presidência (buscando um mandato para permanecer no poder por mais 8 anos); [4] = primeiro governo democrático após o presidente Pinochet; [5] = segundo governo democrático, que voltou as políticas distributivas baseadas no mercado.

Fonte: Palma (2006).

Como podemos ver no gráfico, durante o regime de Pinochet a renda dos 10% mais ricos aumentou de 15% da quota total da renda para de cerca de 50% da renda total. Este foi o único grupo de renda que melhorou sua posição de renda relativa, absorvendo, assim, quase todos os benefícios da integração econômica (PALMA, 2006). Assim, vemos mais um caso de como a integração econômica através de políticas neoliberais pode aumentar a desigualdade de renda.

O Chile infelizmente não é um caso único na América Latina. Durante o início dos anos 90, o FMI passou prescrições políticas para inúmeros outros países latino-americanos, entre eles a Argentina, os receituários do Fundo Monetário Internacional seguiam a linha do Consenso de Washington. O Presidente da Argentina, Carlos Menem, em seguida, iniciou o processo de privatização das empresas públicas, a abertura do mercado interno às importações, a eliminação de todos os controles de preços, liberando o controle de câmbio e a remoção de controles de salários do governo (Pang, 2002). A ideia era melhorar a concorrência, aumentar o fluxo de IED, remover as distorções de mercado e, portanto, a integração com a economia global. O resultado foi entre 1992 e 2002, antes da crise financeira, o coeficiente de Gini aumentou 8,2%, foi uma das mais altas taxas de desigualdade da América Latina (LUSTIG et al., 2013).

As reformas políticas neoliberais foram muitas vezes aplicadas como uma “atitude messiânica” na América Latina (PALMA, 2010). Lustig et al. (2013) constatou que entre 2002 e 2010, a desigualdade diminuiu nos principais países da América Latina, e atribuiu as progressivas intervenções governamentais. Na Argentina, onde o coeficiente de Gini caiu 9% durante o período, a intervenção do Estado tornou-se mais difundida com regimes de proteção social introduzido para redistribuir renda e com as instituições do mercado de trabalho cada vez mais forte (LUSTIG et al., 2013).

Índia Depois das Reformas Neoliberais na Década de 1990

Vale a pena notar que a Índia continua a ser um país de renda média baixa, com mais de 250 milhões de pessoas que vivem em extrema pobreza e com a expectativa de vida média de 66 anos, que é 4 anos mais baixa do que a de seu vizinho, Bangladesh (BANCO MUNDIAL, 2014). Em 1991, a Índia introduziu seu próprio conjunto de políticas neoliberais, a mando do FMI, com foco em programas de curto prazo de estabilização e de ajustamento estrutural a longo prazo. Os programas implicaram na liberalização financeira e comercial, na redução significativa dos gastos do governo, reduções das despesas no desenvolvimento rural, cortes significativos nos subsídios para os fertilizantes e do investimento público na irrigação (CHANDRASEKHAR; GHOSH, 2002). As escolhas políticas não eram inevitáveis, mas sim políticas, decidir qual parte do público iria suportar o peso do custo das reformas. A tabela a seguir mostra o impacto dessas políticas sobre a desigualdade:

Tabela 1: Desigualdade na Índia após as reformas de 1971

Parameters	Pre Reform (1990s)	Post Reform (2000s)
Number of Billionaires	2 (mid 1990)	46 (2008)
Total billionaire wealth to gross domestic product (GDP)	1% (mid 1990)	22% (2008)
Share of Income of top 0.1%	1.80% (1994)	3.60% (2000)
Share of Income of top 10%	26% (1994)	28% (2005)
% of per capita State Domestic Product (SDP) of the richest State (Punjab) to the poorest (Bihar)	312% (1991)	452% (2001)

Nota: tabela construída pelo autor com dados de Chandrasekhar e Ghosh (2002), Banerjee e Piketty (2005), Walton e Gandhi (2012) e Banco Mundial (2014).

Dois pontos adicionais são dignos de nota, a primeira é que a parcela de renda de 10% da população se estabilizou em 28% (BANCO MUNDIAL, 2014), o que implica que aumento de quase 90% na parcela de renda (ou seja, 1,8% a 2%) dos 10% mais ricos entre 1994-2005. Segundo ponto é que a percentagem da renda per capita do Produto Interno de Punjab para a per capita de Bihar em 1981 foi 292% maior, muito próximo do valor em 1991 (CHANDRASEKHAR; GHOSH, 2002). Isto implica que a lacuna entre o estado mais pobre e o mais rico desde as reformas ampliou de forma exponencial. Isso é de se esperar considerando a redução de apoio do governo a agricultura. O impacto negativo nas camadas mais pobres do país foi considerável, enquanto a liberalização financeira desproporcionalmente beneficiou os mais ricos. Como Walton e Gandhi (2012) apontou, 20 dos 46 bilionários da Índia “tiveram suas principais fontes de riqueza dos setores de especulação financeira.

GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: POR QUE AUMENTOU A DESIGUALDADE?

Até agora, apresentamos quatro estudos de caso, todos os quais oferecem argumentos para mostrar que a implementação de políticas neoliberais foi uma das principais razões para o aumento da desigualdade. Na secção 4.1 e 4.2 não foram realizadas compa-

rações entre países que utilizam políticas neoliberais e os que optaram por não fazê-lo, o segundo grupo de países agindo como controle para o primeiro. Na seção 4.3 e 4.4 temos concorrido um design descontinuidade utilizando um ponto de corte em torno de quando as reformas neoliberais foram introduzidas, para mostrar com parâmetros o aumento da desigualdade, quase imediatamente, após a introdução de reformas. A escolha dos países em desenvolvimento e desenvolvido abrangeu os cinco continentes. Dada esta evidência é razoável dizer que a implementação das políticas neoliberais é a chave para o aumento da desigualdade de renda ao invés da globalização, afinal alguns desses países já estavam muito bem integrados com a economia mundial antes da introdução das reformas.

Axtell e Epstein (1996) em seu artigo seminal desenvolveram um modelo de simulação computacional de uma economia povoada por agentes, que seguem teorias microeconômicas básicas, para investigar o padrão de distribuição que emerge quando estes agentes interagem. Os agentes simulados tiveram a capacidade de mobilidade, alimentação, reprodução, atividades comerciais, e questões de saúde. Em essência Axtell e Epstein avaliaram qual seria o padrão de distribuição de riqueza, se a economia estava perfeitamente competitiva com regras mínimas e povoada por agentes “homo-economicus”. O resultado foi, mesmo que a dotação de recursos original fosse distribuída normalmente, depois de vários ciclos de simulação surgiria uma distribuição de renda altamente desigual. Isto significou que uma economia perfeitamente competitiva gera desigualdade, portanto, uma propriedade “emergente” do sistema de mercado (AXTELL, EPSTEIN, 1996; BEINHOCKER, 2007). Esta conclusão poderosa sugere que, sem forças compensatórias, as desigualdades vão surgir em qualquer economia de mercado, independente da integração à economia global, portanto, políticas públicas importam. Culpar a globalização da desigualdade, assim, torna-se semelhante a culpar o capitalismo.

Isto é exemplificado pela China, cujas reformas de mercado foram realizadas por necessidades de integração econômica com o restante do mundo e não por uma visão ideológica neoliberal, mesmo que alguns chamam de Deng Xiao Ping, de “neoliberal” (HARVEY, 2005). Na China, durante os anos de 1978 e 1985, a relação entre a renda per capita da família urbana e rural significativamente reduziu de 2,57 em 1978 para 1,85 em 1985 (NBSC de 2014), principalmente porque os agricultores trabalhavam com o sistema de responsabilidade familiar e os produtos eram adquiridos pelo Estado. No entanto, nas últimas décadas o foco do governo no processo de urbanização da China foi a redução dos investimentos em agricultura, saúde na área rural e na educação. A falta de políticas redistributivas, e o abandono de políticas de distribuição igualitária levou a crescente desigualdade (SINGULAR, 2011). Até 2009, a relação entre a renda rural per capita a renda urbana per capita situava-se em 3,33 vezes (NBSC, 2014), maior do que na era pré-reforma. Assim, sem intervenções de compensação adequada por parte do governo, a desigualdade vai surgir em uma economia de mercado livre.

A GLOBALIZAÇÃO NÃO NEOLIBERAL - UM CAMINHO A SEGUIR

Não é necessariamente a globalização ou a integração com o mercado mundial que cria a desigualdade, mas como se integra e quais as políticas que são aplicadas que importa. A globalização neoliberal piora a situação, já que muitas vezes implica a redução

do papel estatal na economia através de redução de subsídios agrícolas e dos custos de bem-estar, oferecendo total liberdade ao mercado de capitais e aumentando seu retorno, tornando os pobres mais pobres e os ricos mais ricos. Portanto, devemos pensar sobre como os governos podem participar ativamente no esforço de redistribuição através de um maior apoio à agricultura e aos sistemas de proteção social mais fortes. Mercados livres não são auto regulatórios e eficientes como muitos acreditavam, a recente crise financeira é uma prova disso (STIGLITZ et al., 2009).

O crescimento econômico equitativo e sustentável requer que o Estado assuma um papel ativo na forma como ele deseja envolver e integrar com a economia global. Atualmente, as regras do jogo do comércio internacional são fortemente influenciados pelas corporações transnacionais e as organizações financeiras globais com suporte do sistema político (“captura regulatória”) do seu país industrializado de origem, por meio de instituições multilaterais como FMI, Banco Mundial e da OMC (NAYYAR, 2003). Portanto, instituições de governança internacional tem que ser mais democráticas e responsáveis. Prescrições de política, condicionalidades e as regras de tais instituições globais devem ser revistas para permitir uma maior diversidade de abordagens políticas (CHANG, 2003). Mas vale a pena notar que, mesmo dentro do espaço atual da política global, os países em desenvolvimento podem fazer muito, eles podem implementar políticas industriais bem definidas com foco no desenvolvimento industrial e modernização tecnológica, com investimentos fortes e específicas em capacitação e iniciativas de competitividade, da forma como as economias do Leste Asiático bem sucedidas realizaram suas experiências (OCDE, 2013; WARWICK, 2013). Como Chang (2003) afirma:

A literatura atual tende a considerar o processo de globalização e a ascensão das multinacionais como um processo imparável que ninguém pode controlar e em que as nações, especialmente, os países em desenvolvimento, são agentes passivos que terão de abraçar plenamente este processo ou perecer. No entanto, tal visão é enganosa, uma vez que existe uma grande quantidade de espaço de manobra para o governo nacional.

Portanto, o estado pode ser um agente forte na condução de integração de um país na economia global. Como vimos, países do leste asiático como Coreia e Taiwan iniciaram a reforma agrária e introduziram sistema de bem-estar nas primeiras fases do seu processo de desenvolvimento, assegurando o crescimento com equivalência patrimonial (DOSTAL, 2010; MUDANÇA, 2006). Outros países em desenvolvimento podem empreender tais processos.

A globalização é algo que é útil e benéfico, e tem melhorado a vida de milhões de pessoas ao longo dos últimos trinta anos. O nosso foco deve ser torná-la melhor através da implementação de políticas efetivas e descartando aquelas que provaram ser desastrosas. Não é a globalização que estimula políticas de desigualdade, mas políticas públicas ruins. Stiglitz et al. (2009) afirmam em relação nossa economia global organizada no âmbito do quadro neoliberal:

... Nossas múltiplas crises não são o resultado de uma falha ou falhas do sistema. Em vez disso, o sistema em si - sua organização e princípios, e os seus mecanismos institucionais distorcidos e imperfeitos - é a causa de muitas dessas falhas ... nossa economia global é apenas uma das muitas economias possíveis, e, ao contrário das leis da física, temos uma escolha política para determinar

quando, onde, e em que grau as chamadas leis do comportamento econômico devem ser autorizadas a ter influência.

Notas

- 1 Título do livro em português: O capital no século XXI. Nota do tradutor.
- 2 Com base nos dados de 2014 Índice de Liberdade Econômica pela Fundação Heritage, os governos dos escandinavos e os serviços atrás referidos selecionados países da Europa continental passou quase uma média de 7-8% a mais do que suas contrapartes de língua Inglês como os EUA e a Austrália, medida pelos gastos do governo como percentual do produto interno bruto (PIB).

Referências

- ALAVI, Hamza. The state in post-colonial societies: Pakistan and Bangladesh. *New Left Review*, 74(1), 59-81. 1972.
- ATKINSON, Atkinson. B., Piketty, Thomas, & Saez, Emmanuel. Top Incomes in the Long Run of History. *Journal of Economic Literature*, 49(1), 3-71, 2011.
- AXTELL, Robert, & EPSTEIN, Joshua M. *Growing artificial societies: social science from the bottom up*. Brookings Inst. Press: Washington, DC [ua]. 1996.
- BAIROCH, Paul, & KOZUL-WRIGHT, Richard. *Globalization myths: some historical reflections on integration, industrialization and growth in the world economy*. United Nations Conference on Trade and Development. March, 1996.
- BEINHOCKER, Eric. D. *The origin of wealth: Evolution, complexity, and the radical remaking of economics*. Random House. 2007.
- BANERJEE, Abhijit., & PIKETTY, Thomas. Top Indian Incomes, 1922–2000. *The World Bank Economic Review*, 19(1), 1-20, 2005.
- BATLEY, R. *The changing role of the state in development. The Companion to Development Studies*. Hodder Headline Group, London, 135-138. 2002.
- BOAS, Taylor. C., & GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan. *Studies in Comparative International Development*, 44(2), 137-161. 2009.
- CHANDRASEKHAR, C. P., & GHOSH, Jayati. *The market that failed: A decade of neoliberal economic reforms in India*. New Delhi: Leftword. 2002.
- CHANG, Ha. Joon. *Kicking away the ladder*. London: Anthem Press. 2003.
- CHANG, Ha. Joon. *Globalization, economic development and the role of the state*. Zed Books. 2003.
- CHANG, Ha. Joon. *The East Asian development experience: the miracle, the crisis and the future*. Zed Books. 2006. *Kicking away the ladder*
- CHANG, Ha. Joon. Industrial policy: can we go beyond an unproductive confrontation? In *Annual World Bank Conference on Development Economics* (pp. 83-109) May, 2011.
- CHENG, Peter.W . HONG, Ming-Hwang, & CHEN, Jun-Rong. Top Incomes in Taiwan during 1970-2006: Analysis of Family Income Survey and Tax Return. Paper Prepared for the *30th General Conference of the International Association for Research in Income and Wealth* Portoroz, Slovenia, August 24-30, 2008.
- CHOI, Daeyong. A Radical Approach to Regulatory Reform in Korea. Presented in *The Annual 2001 Conference of the American Society for Public Administration at Rutgers University*, New Jersey, USA. 2001.
- CHRISTIANSEN, Hans. *The size and composition of the SOE sector in OECD countries*. No. 5. OECD Publishing, 2011.
- DAVIES, James. B., SANDSTRÖM, Susanna., SHORROCKS, Anthony., & WOLFF, Edward. N. The Level and Distribution of Global Household Wealth*. *The Economic Journal*, 121(551), 223-254. 2011.
- DOSTAL, Jorg. M. The Developmental Welfare State and Social Policy: Shifting From Basic to Universal Social Protection. *The Korean Journal of Policy Studies*, 25(3), 147-172, 2010.

- EDWARDS, Sebastian., & LEDERMAN, Daniel. The Political Economy of Unilateral Trade Liberalization: The Case of Chile (No. 6510). *National Bureau of Economic Research*, Inc. 1998.
- EVANS, P., & SEWELL Jr, W. H. *The neo-liberal era: ideology, policy and social effect*. See Hall & Lamont, 2013, 35-68, 2013.
- FIORENTINI, Riccardo, MONTANI, Guido. *The New Global Political Economy: From Crisis to Supranational Integration*. Edward Elgar Publishing. 2012.
- GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity* Cambridge: Polity Press. 1990.
- GALOR, Oded. ZEIRA, Joseph. Income distribution and macroeconomics. *The Review of Economic Studies*, 60(1), 35-52, 1993.
- GOLDBERG, Penelopi. K., PAVCNIK, Nina. Distributional effects of globalization in developing countries (No. w12885). *National bureau of economic research*. 2007.
- HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press. 2005
- HILLS, Jonh. An Anatomy of Economic Inequality in the UK-Report of the National Equality Panel. *Centre for Analysis of Social Exclusion*, LSE. 2010.
- IMF World Economic Outlook . Washington, DC: International Monetary Fund. 1994.
- ILO World of Work Report 2008: Income Inequalities in the Age of Financial Globalization. Geneva: *International Institute for Labour Studies*. 2008.
- KIM, Nak Neyon, KIM, Jongil. Income inequality in Korea, 1933-2010: Evidence from income tax statistics. Presented in the *Asia-Pacific Economic and Business History Conference*, Seoul, Korea. 2013.
- LUSTIG, Nara, LOPEZ-CALVA, Luis. F., & ORTIZ-JUAREZ, Eduardo. Declining inequality in Latin America in the 2000s: the cases of Argentina, Brazil, and Mexico. *World Development*, 44, 129-141. 2013.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA, NBSC Data retrieved May 4, 2014, from website : www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2013/html/Z1102E.xls
- NAYYAR, D. Globalization and development strategies in Toyne, J. F. J. (Ed.). *Trade and development: directions for the 21st century*. Edward Elgar Publishing. 2003.
- NORRIS, Pippa. Global governance and cosmopolitan citizens, in *Governance in a Globalizing World* (Eds) J. S. 2000.
- O'ROURKE, Kevin. H. Globalization and inequality: historical trends (No. w8339). *National Bureau of Economic Research*. 2001.
- OECD *Perspectives on Global Development 2013. Industrial Policies in a Changing World Shifting up a Gear*. Paris OECD. 2013.
- PANG, Eul-Soo, & SHAW, T. M. *The international political economy of transformation in Argentina, Brazil, and Chile since 1960* (p. xxiii251). Palgrave Macmillan. 2002.
- PALMA, Gabriel José. Globalizing Inequality: 'Centrifugal' and 'Centripetal' Forces at Work. United Nations, Department of Economics and Social Affairs.
- _____. Why has productivity growth stagnated in most Latin American countries since the neo-liberal reforms? in JA Ocampo and J Ros (eds.), *The Handbook of Latin American Economics*, Oxford University Press. 2006.
- PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-first Century*. Harvard University Press. 2014.
- PIKETTY, Thomas., SAEZ, Emmanuel. Top Incomes and the Great Recession: Recent Evolutions and Policy Implications. *IMF Economic Review*, 61(3), 456-478. 2013.
- POLANYI, Karl. *The great transformation: The political and economic origins of our time*. Beacon Press. 1944.
- QUIGGIN, John. Globalisation, neoliberalism and inequality in Australia. *The Economic and Labour Relations Review*, 10(2), 240-259. 1999.
- SACHS, Jeffrey. D., WARNER, Andrew., ÅSLUND, Anders; FISCHER, Stanley. Economic reform and the process of global integration. *Brookings Papers on Economic Activity*, 1-118. 1995.

- SAUL, John. S. The state in post-colonial societies: Tanzania. *Socialist Register*, 11(11). 1974.
- SCHNEIDER, Geoffrey. Neoliberalism and economic justice in South Africa: revisiting the debate on economic apartheid. *Review of Social Economy*, 61(1), 23-50. 2003.
- SINCULAR, T. Inequality in China: Recent Trends. Presented in the Conference: *Will China Fall into a Middle Income Trap? Growth, Inequality and Future Instability* 2011 December 6, Stanford University, USA. 2011.
- STEIN, Howard. *Beyond the World Bank agenda: an institutional approach to development*. University of Chicago Press. 2008.
- STEGER, Manfred. B. *Globalization: A very short introduction*. Sterling Publishing Company, Inc, 2013.
- STIGLITZ, Joseph. (2013, October 13). Inequality Is a Choice. New York Times. Retrieved from: <http://opinionator.blogs.nytimes.com/2013/10/13/inequality-is-a-choice/> 2010.
- STIGLITZ, Joseph., et al. JOHNSON, Robert. Report of the Commission of Experts of the President of the United Nations General Assembly on Reforms of the International Monetary and Financial System. In *UN Conference on the World Financial and Economic Crisis and its Impact*, United Nations, New York. September, 2009.
- TANZI, Vito. The Changing Role of the State in the Economy- A Historical Perspective (No. 97/114). *International Monetary Fund*. 1997.
- TANZI, Vito., &SCHUKNECHT, Ludger. *Public spending in the 20th century: A global perspective*. Cambridge University Press. 2000.
- TABELLINI, Guido. *The role of the state in economic development*. *Kyklos*, 58(2), 283-303.2005.
- WADE, Robert H. What strategies are viable for developing countries today? The World Trade Organization and the shrinking of 'development space'. *Review of International Political Economy*, 10(4), 621-644. 2003.
- WALTON, Michael. GANDHI, Aditi. Where Do India's Billionaires Get Their Wealth? *Economic and Political Weekly* Vol - XLVII No. 40 October ,2012.
- WARWICK, Ken. Beyond Industrial Policy: Emerging Issues and New Trends, *OECD Science, Technology and Industry Policy Papers*, No. 2, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/5k4869clw0xp-en> 2013.
- WILLIAMSON, John. What should the World Bank think about the Washington Consensus?. *The World Bank Research Observer*, 15(2), 251-264. 2000.
- WOLF, Martin. *Why globalization works*. Yale University Press. 2004.
- WOOD, Adrian. Openness and Wage Inequality in Developing Countries: The Latin American Challenge to East Asian Conventional Wisdom. In R. Baldwin et al. eds. *Market Integration, Regionalism and the Global Economy*. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press. 1999.
- WORLD BANK. Data retrieved May 2, 2014, from *World Development Indicators Online* (WDI) database. 2014.
- WU, Yu-Shan. *Taiwan's developmental state: after the economic and political turmoil*. *Asian Survey* Vol. 47, No. 6, 2007.

* Recebido em: 02.03.2016. Aprovado em: 07.05.2016. Tradução de Pedro Araújo Pietrafesa. O artigo é escrito em um nível pessoal e opiniões expressas são estritamente as do autor. Tradução: Pedro Araújo Pietrafesa.

MOHAMMAD MUAZ JALIL

Doutor em Economia. Consultor Sênior da Fundação Suíça para Cooperação Técnica em Bangladesh. E-mail: muaz.jalil@kings.cantab.net.